

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.816 - SP (2019/0274062-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : NESTLÉ BRASIL LTDA
ADVOGADO : FERNANDO ANTÔNIO CAVANHA GAIA E OUTRO(S) - SP058079
ADVOGADOS : ANETE MAIR MACIEL MEDEIROS - DF015787
ENIO ZAHA - SP123946
JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE - SP153509
JORGE HENRIQUE FERNANDES FACURE - SP236072
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ROBERTO YUZO HAYACIDA E OUTRO(S) - SP127725

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DO DÉBITO. DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ART. 85, §§ 2º E 3º, DO CPC/2015. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela NESTLÉ BRASIL S/A. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no qual alega, além da ocorrência de divergência jurisprudencial, violação do art. 85, § 3º, do CPC/2015 em razão de o órgão julgador ter fixado verba honorária, por equidade, em R\$ 8.000,00, o que equivaleria a 0,2% do valor atribuído à causa e, por isso, seria irrisória.

Contrarrazões apresentadas pelo ESTADO DE SÃO PAULO (fls. 249/257).

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, vejamos o que decidiu o Tribunal de Justiça (fls. 186/188):

Da leitura dos autos, verifica-se que a exequente desistiu da execução fiscal, sendo o processo julgado extinto, com sua condenação em honorários advocatícios.

Questiona, apenas, o valor fixado.

Pois bem.

Com razão a apelante ao postular que os honorários sejam fixados por equidade, uma vez que, embora exista previsão de fixação dos honorários advocatícios com base no valor dado à causa (art. 85, § 2º, caput, CPC), no caso, R\$ 2.710.152,26 para outubro de 2016 (fl. 1), a fixação dos honorários advocatícios em 5% de tal valor atualizado, seguramente, superará R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), importe excessivamente alto para a complexidade do presente feito.

E, em que pese a previsão do § 2º do artigo 85 do CPC, no tocante aos critérios para fixação dos honorários advocatícios, o § 8º do mesmo dispositivo legal prevê a possibilidade de fixação, por equidade, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou muito baixo o

Superior Tribunal de Justiça

valor da causa, regra esta que visa, nessas hipóteses, garantir um equilíbrio entre o trabalho realizado na demanda e a remuneração do respectivo patrono.

Diante deste fundamento, este dispositivo vem sendo interpretado, também, no sentido inverso, ou seja, quando o valor da remuneração se mostrar excessivo, diante do trabalho realizado no feito.

In casu, observa-se que se trata de demanda em que o proveito econômico discutido é de valor bastante elevado e cujo andamento já dura mais de um ano, entretanto, com sem maior grau de complexidade, já que o processo, em que pese a oferta de embargos, foi extinto, sem julgamento do mérito (desistência da exequente).

Dessa forma, não obstante a consideração pelo grau e zelo dos profissionais e a natureza e importância da causa para as partes demandantes, não se justifica o desproporcional valor de mais de R\$ 135.000,00 a título de honorários advocatícios, porquanto, afora as peculiaridades do caso e a adequação aos parâmetros previstos nos incisos do § 2º, do artigo 85, do CPC/2015, tal valor, afronta, frise-se, o critério de razoabilidade.

[...]

Assim, os honorários advocatícios ficam arbitrados, por equidade, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), que melhor condiz com o critério de razoabilidade, com os parâmetros previstos nos incisos do § 2º do artigo 85 do CPC e com o artigo 85, § 8º, do CPC, já considerado o trabalho realizado na fase recursal (art. 85, § 11, do CPC).

Diante do exposto, DÁ-SE PROVIMENTO ao apelo, como acima constou.

Pois bem.

"Os honorários advocatícios são regidos pelo regime vigente na época de prolação do primeiro ato judicial que os arbitrou" (REsp 1799317/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 18/11/2019).

No caso, a sentença de extinção da execução fiscal foi proferida na vigência do CPC/2015 e fixou verba honorária da seguinte forma: "Por força do princípio da causalidade, condeno a exequente ao pagamento das custas e despesas processuais a que não esteja isenta, bem como honorários advocatícios da parte adversa que, nos termos do artigo 85, § 3º, inciso III, do Código de Processo Civil, fixo em 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa" (fl. 158).

O juízo da execução está com a razão.

Primeiro, importa anotar que, ajuizada a execução fiscal e opostos embargos pelo devedor, o cancelamento administrativo da inscrição em dívida ativa e a consequente desistência da execução fiscal implica na condenação da parte exequente em verba honorária de sucumbência. Esse é o entendimento deste Tribunal Superior:

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. DESISTÊNCIA DA EXEQUENTE APÓS A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DO DEVEDOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.

[...]

3. A dispensa da Fazenda Pública dos ônus sucumbenciais de que trata o art. 26 da Lei n. 6.830/1980 não se aplica aos casos em que o cancelamento do título executivo por iniciativa da exequente se der depois de o réu ter sido

Superior Tribunal de Justiça

citado e manifestado defesa, o que, na espécie, se deu tanto em exceção de pré-executividade quanto em embargos à execução. Entendimento em consonância com a inteligência da Súmula 153 do STJ.

4. A conformidade do acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte Superior enseja a aplicação do óbice de conhecimento estampado na Súmula 83 do STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 311.143/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 08/06/2018)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 153 DO STJ. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. DESISTÊNCIA. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. INEXISTÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECONHECIMENTO.

1. Cuida-se de desistência da execução fiscal após a oposição dos embargos do devedor, cujos demais pedidos foram julgados improcedentes. Discussão acerca dos ônus da sucumbência.

2. No caso, deve ser aplicado o entendimento sedimentado pela Súmula 153, segundo a qual, a desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não isenta o exequente dos encargos da sucumbência. Princípio da causalidade. A Fazenda Pública, exequente, não se exime de pagar honorários advocatícios quando desiste da execução fiscal após a oposição dos embargos, não obstante tenha vencido em todos os demais pleitos do embargante.

3. Em virtude dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, deve ser reconhecida a sucumbência recíproca do art. 21 do Código de Processo Civil.

Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1420421/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 03/12/2014)

A propósito, o art. 90 do CPC/2015 determina que, "proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu".

Segundo, destaca-se ser pacífico o entendimento pela obrigatoriedade de observância dos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, na hipótese em que vencida a Fazenda Pública e inexistência as situações do § 8º. A respeito:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUMULAÇÃO DE HONORÁRIOS NA EXECUÇÃO E NOS EMBARGOS. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I - Na origem, trata-se de execução fiscal objetivando a cobrança de crédito inscrito em certidão de dívida ativa. Após sentença que julgou extinta a execução fiscal, a Fazenda Nacional interpôs apelação, que teve seu provimento negado pelo Tribunal de origem, restando fixado o entendimento de que a condenação em honorários sucumbenciais deveria ser arbitrada em consonância com o princípio da equidade, nos moldes estabelecidos pelo § 8º do art. 85 do CPC/2015.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

III - Por outro lado, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se os parâmetros estampados no art. 85, § 2º, caput e incisos I a IV do CPC/2015 e com os percentuais delimitados no § 3º do referido dispositivo jurídico.

IV - De fato, na vigência do CPC/2015, a fixação de honorários advocatícios por apreciação equitativa, conforme o contido no § 8º do art. 85 do CPC/2015, somente tem guarida nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, não sendo essa a hipótese dos autos.

[...]

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1456057/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 25/09/2019)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial e restabeleço a verba honorária arbitrada na sentença.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator